

Ambiente Compromisso climático prevê atingir meta mesmo com disparada do desmate, segundo pesquisadores

Proposta brasileira é 'manobra contábil' ambiental, diz estudo

Daniela Chiaretti
De São Paulo

O novo compromisso climático brasileiro, divulgado em dezembro, permitirá que as metas sejam atingidas mesmo com um desmatamento superior a 13.000 km² ao ano na Amazônia. Trata-se de uma taxa muito alta. Em 2020 o desmatamento alcançou 11.088 km², o maior índice em 12 anos.

A conclusão é de um estudo de pesquisadores do Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais (Lagesa) e do Centro de Sensoriamento Remoto (CSR), ambos da UFMG, e colegas da UFRJ. Eles se debruçaram sobre a nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) brasileira, de dezembro, e a anterior, de 2016. Analisaram, também, os inventários oficiais de

emissões brasileiras. São documentos conhecidos por Comunicação Nacional e elaborados por técnicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. O Brasil está na quarta edição.

Ao atualizar a antiga NDC com a nova, o governo argumentou que havia feito pequenos ajustes. "Nós argumentamos que estas mudanças representam um significativo retrocesso nos compromissos climáticos do país, com graves implicações à integridade da floresta amazônica", diz o texto.

A primeira NDC brasileira abrangia toda a economia e apresentava a meta de reduzir 37% de gases-estufa em 2025 ante 2005. Indicava corte de 43% para 2030. Em emissões absolutas, isso significaria metas de emissão de 1,38 gigatons de CO₂ em 2025 e 1,25 gigatons de CO₂ em 2030. Estes cál-

culos levaram em conta a segunda Comunicação Nacional, que foi atualizada duas vezes desde então.

A NDC de 2020 mantém os percentuais da NDC original, mas usa valores da terceira Comunicação Nacional como linha de base, que eram mais altos. Isso significa que, em termos absolutos, até 2025 e 2030 o Brasil pode emitir mais gases-estufa (mais de 300 milhões de toneladas de CO₂) e ainda assim cumprir a meta, segundo o estudo.

"É um limite estendido que pode representar um risco ainda maior à Amazônia", diz o professor associado em gestão ambiental Raoni Rajão, do Departamento de Engenharia de Produção da UFMG e um dos autores. As metas brasileiras estariam acima do compatível com o limite de manter o aquecimento global a 2°C neste século, segundo o Acordo de Paris.



AGÊNCIA SENADO

Raoni Rajão, professor da UFMG: Brasil abriu mão de ser líder climático para agradar parcela minoritária do agro

"Queríamos entender melhor o que estava nos documentos, analisar a trajetória de emissões do país e as emissões per capita", diz Rajão. "Diante desta manobra contábil, o Brasil não precisa se preocupar com a explosão do desmatamento, porque alcançará a meta mesmo assim", continua. Analisando os cenários de distribuição de emissões de vários setores, os pesquisadores acreditam que tal "limite estendido" de emissões poderia

ocorrer com um avanço da agropecuária sobre a Amazônia.

"A principal contribuição do Brasil para o mundo é a redução do desmatamento. Isso seria positivo para o clima, a conservação da biodiversidade e o regime hídrico", diz o professor. "Se este elemento é esvaziado da NDC, a contribuição do Brasil perde sentido."

"O Brasil poderia ter optado por adotar a última estimativa do ano-base — a quarta Comunicação — e

revisado os percentuais, para manter as emissões projetadas para 2025 e 2030. Mas optou por reduzir a ambição", diz ele. No caso, segundo os pesquisadores, as emissões de gases-estufa per capita dos brasileiros seriam superiores às da União Europeia. "O Brasil se posicionou como um líder climático. Porém estamos abrindo mão desta posição para agradar a uma parcela minoritária do agro que quer continuar desmatando."